

Degração e Ata da 2ª Reunião do Comitê Regional de Corumbá/MS do Fórum Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça, realizada em 08 de julho de 2022, 10h na sala do Tribunal do Juri da Comarca de Corumbá.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Mais uma vez, muito bom dia a todos. Faço a minha apresentação. É natural que talvez não todos tenhamos o mesmo contato, a mesma proximidade. Vou me comprometer a ser o mais objetivo possível dentro das propostas que visam e este comitê. Meu nome é Maurício. Eu sou o juiz da primeira titular da primeira Vara cível aqui da comarca de Corumbá, portanto temos atuação também no município de Ladário. Eu gostaria de fazer alguns ajustes com todos e com todas, para que nós pudéssemos ter uma reunião o mais proveitosa possível, especialmente com relação à questão de horário. Nós temos em torno de 28 convidados participantes, entre membros e cidadãos que tem algum interesse na atividade de saúde. E para que essa reunião seja mais fluida possível, e que a gente consiga construir alguns objetivos. O meu convite a todos é de que, eu acredito que todos receberam uma pauta é que foi agendada para essa reunião, correto? Então para que a gente possa construir, de forma positiva, pró ativa as soluções ou as propostas de solução. Eu vou pedir que todos que queiram fazer o uso da palavra já façam a inscrição de imediato. Porque a partir disso eu vou procurar fazer a divisão do tempo. De modo que nós consigamos atender às demandas de todos e estabelecer os diálogos necessários. Nosso tempo é muito exíguo. Eu havia pensado inicialmente em 3 minutos, de modo que as ponderações, é importante que sejam bastante objetivas e conclusivas com relação àquilo que se pretende expor. Além disso, reiterando o propósito deste comitê, de ser um comitê de diálogo. Eu peço a gentileza, de que é esclarecer que não será dado o direito à resposta para eventuais indagações, justamente para evitarmos o debate, mas em caso de dúvidas ou necessidade de aproximação de contatos, como são muitas entidades participantes, nas nossas deliberações finais, nós vamos registrar esses posicionamentos em ata. E encaminharemos para um diálogo mais aproximado dentre as instituições envolvidas e o judiciário, caso necessário, OK? Por gentileza, então, já de início, antes de nós começarmos. Aqueles que gostariam de fazer uso da palavra poderiam levantar a mão e dizer o nome e a instituição. Se ninguém fizer uso da palavra, eu vou falar durante 1 hora e meia. Que é o nosso prazo de reunião, são 10 horas e 5 minutos, inclusive os colegas que estão online, por gentileza, podem ficar à vontade de se inscrever. Não, então vamos lá. É, tenho certeza que não, provavelmente no curso da do diálogo deve surgir algumas ponderações e

meu? Doutor Alex, vou anotar aqui, doutor, então o seu pedido de palavra está bem, então eu vou dividir a minha hora e meia com o senhor. O senhor tem vai ter 45 minutos.

Dr. Alex Batista de Souza - Defensor Público Estadual: É só um requerimento, doutor.

Dr. Maurício Cleber Miglioranza Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Está ótimo, doutor Alex, da Defensoria pública de Corumbá e Ladário. Dr. Heber, representante da UNICESUMAR nessa ocasião. Mas alguns dos nossos, doutor Daniel, eu pediria que o senhor fizesse a sua apresentação, pela relevância dessa nossa parceria. Então a seguir da minha fala, eu peço que o senhor também faça a sua exposição. Mais alguém, pessoal. Dou-lhe uma, dou-lhe 2. Encerrado o lapso de inscrições. Eu gostaria de iniciar a minha fala fazendo uma breve exposição, para que talvez a gente possa compreender melhor as nossas fusões aqui dentro do comitê, lembrando que uma expressiva parcela dos senhores que foram convidados e das senhoras, são membros integrantes deste comitê que tem por base uma regulamentação legal, prevista pelo conselho nacional de justiça e nós temos um comitê estadual, por óbvio, que delega as suas funções aos comitês regionais do nosso comitê regional, portanto, contempla a atenção necessária aos municípios de Corumbá e Ladário. Eu espero que todos estejam vendo perfeitamente, e eu vou procurar ser bastante sucinto na minha fala para que a gente possa objetivar ok. Essa é a nossa pauta. Não é que foi encaminhada a todos por WhatsApp?. Os objetivos do comitê regional, fazemos a exposição de dados da nossa realidade, da justiça estadual. Trataremos das deliberações que foram encaminhadas na última reunião e apresentaríamos essas últimas nossas deliberações com o nosso compromisso de encerramento até às 11:30, OK? Senhoras, senhores, o comitê estadual de saúde, como eu dizia anteriormente, está disciplinado na resolução n.388 de 2021 do conselho nacional de justiça. E como não há uma especificação mais detalhada com relação às funções do comitê regional, nós partimos da premissa de todas as competências que estão previstas no comitê estadual, certo? Qual é o objetivo? É um órgão colegiado e multidisciplinar, responsável pela operacionalização das matérias de competência do fórum nacional de saúde. E pelo acompanhamento do cumprimento de suas deliberações no âmbito de cada unidade da federação, cabendo-lhe, entre outras ações pertinentes a sua finalidade. Eu destaquei por óbvio, os temas mais importantes, viabilizar o diálogo interinstitucional com o objetivo de acompanhar e contribuir com ações atinentes às demandas de saúde; deliberar sobre as seguintes matérias, propondo encaminhamentos que julgar pertinentes; Tratamento a ser dado assuntos que lhe forem submetidos, podendo editar recomendações que poderão ser encaminhadas ao Ministério público e demais entidades. Outros destaques das nossas atribuições que eu posso salientar, monitorar as ações judiciais que envolvem os sistemas de saúde pública e suplementar; organizar rotinas; estruturação de unidades judiciárias especializadas; Diálogo interinstitucional; propostas para a implementação e regulamentação de políticas públicas; Realização de estudos, pesquisas, campanhas e debates; le-

vantamento de informações e criação de bancos de dados; Constituição de comissões temáticas para análise de temas específicos. E ainda. Tudo isso previsto no comitê estadual e que nós pretendemos replicar aqui na nossa comarca de Corumbá e Ladário, porque o conselho nacional de justiça preocupou-se com essa temática, com a criação do fórum nacional de saúde, e atualmente com esses comitês. Porque nós temos visualizado de forma crescente a problemática alusiva a judicialização dos temas, tanto da saúde chamada pública, quanto da saúde denominada suplementar, os números de valores e comprometimentos de orçamentos ou mesmo de cálculos atuariais. Acabam refletindo, por óbvio, no resultado das gestões dos setores de saúde pública e saúde suplementar. É apenas para ilustrar um pouco disso, esse quadro que está sendo apresentado aos senhores e foi encaminhado por meio do nosso aplicativo de WhatsApp. Consta em tramitação a título estimativo. Nós temos algumas divergências por conta de alimentação dos sistemas que são alimentados pelos mais diversos órgãos, vejam lá. Na justiça estadual, em Corumbá, 186 demandas em tramitação, este número pode ser muito um pouco superior, tendo em vista alimentação dos dados. A análise desses dados é importante para que, tanto o estado de Mato Grosso do Sul, quanto os municípios de Corumbá e Ladário possam analisar de que forma podem contribuir para atender de forma mais qualificada, essas demandas de saúde. É preciso que se visualize, quais os gargalos que levam a essas demandas de saúde, de modo que, tratativas das mais diversas podem e já vem sendo realizadas aqui na comarca, inclusive uma das dificuldades ou das dúvidas que chegavam ao poder Judiciário é a forma de comprovar adequadamente a recusa do atendimento ou a indisponibilidade deste ou daquele medicamento, ou a indisponibilidade desta ou daquela vaga de internação, desta ou daquela cirurgia, a ser pleiteada. De que forma isso poderia ser tratado pelos setores de saúde, e comprovado pelos advogados quando demandassem nesses temas de saúde. Será que o município tem condições de atender? Será que Ladário tem condições de atender? Será que Corumbá tem condições de entender? O estado tem condições de atender ou mesmo a União, tratando-se de medicamentos, que lhes digam respeito. Então eu gostaria que as senhoras e senhores, tivessem bastante atenção e pudessem, no âmbito das suas ações, analisar esses quantitativos, ainda que seja uma pequena amostragem, eles tração minimamente, um cenário daquilo que acontece na seara judicial. E eu sempre destaco, tive a oportunidade de destacar, na anterior reunião que, muitas vezes, muitos dos senhores e das senhoras, não são profissionais de direito. Mas a nós existe até um jargão popular, que diz “mas olha, essa questão é um processo”. Quando as pessoas dizem isso no jargão popular, especificam ou querem dizer, que é uma temática complexa. Nós temos um processo judicial, um profissional, advogado, que no mínimo, fez 5 anos de curso de formação, e defende a tese do seu cliente, exposta em inúmeras páginas de fundamentação. Acompanhada de uma série de documentos. E de outro lado, nós temos um profissional também formado em direito, graduado em direito, que defende uma tese completamente oposta. Em inúmeras páginas de fundamentação, acompanhada de n. Documentos e argumentos. E a justiça, via de regra, baseia-se num primado inicial de duplo grau de jurisdição, ou seja, todas as decisões do judiciário são recorríveis. De modo que, tratarmos questão de saúde, no

âmbito do poder judiciário, é efetivamente um processo. Não é? E a parte de tudo isso nós temos lá um cidadão que pleiteia um gestor que muitas vezes se preocupa, não só confirmar. Nós estamos gravando já, não é? Eu. Eu só esclareço que que essa reunião é inteiramente gravada. Os arquivos ficaram disponível no site, inclusive, não é difícil de acessar. Só as nossas ponderações finais é que eu, nós transcreveremos por medida de economia. Mas a íntegra da reunião estará gravada, OK? Desse modo pessoal, tudo isso está permeado por uma sistemática que é realmente complexa, não é? Nós temos um profissional aqui do fórum, que recebe essa petição inicial, que faz a juntada. Atualmente o advogado faz o cadastro dessa peça processual. Ontem ainda eu, a título de simplificador, me deparei com o processo da área de família, no qual as partes, até importante a gente é esclarecer, não é? O processo na área de família foi ajuizado num acordo, a parte veio e recolheu as custas do acordo, mas cadastrou o processo como procedimento comum. Ao cadastrar com um procedimento comum, o sistema do fórum entende que é um processo litigioso, e o processo litigioso tem custas muitas vezes maior do que o cadastro correto, que seria que é o cadastro de homologação de transação judicial. Então, quando nós conseguimos sentenciar esse processo, eu me deparei com essa situação. Infelizmente eu não sou eu o responsável por administrar isso. Essa temática matemática, administrativa, do poder judiciário. Mas essa parte tem direito a ao reembolso, ao ressarcimento daquilo de custas que ela pagou de forma desnecessária. Então, desde o cadastro de um processo é algo complexo. O advogado atualmente tem se deparado com essas dificuldades, e a tudo isso nós temos aí, pessoas com questões de saúde importantes, vamos lá. É eu destaque neste quadro, vejam bem como hoje nós conseguimos, os dados estatísticos são indispensáveis para qualquer política pública. Nós sabemos, inclusive, a política pública de âmbito de poder judicial. Vamos tentar, pode tentar me apagar a luz aqui. É, mas todos esses dados estão encaminhados no WhatsApp do comitê regional. Então os senhores e as senhoras podem ter acesso mais visível. Uma das temáticas que me chamou a chamou a atenção aqui. Nós temos, por óbvio, é temas diversos. Pretensões diversas em termos de saúde, mas chama um pouco a atenção, o fato de que 6% dessas demandas é pleiteiam fraldas geriátricas, não é? Nós sabemos que existe toda uma discussão se se trata de insumo de assistência social ou de saúde, certo? Mas é algo importante, tão importante. Que é a comunidade não conseguindo administrativamente, não conseguindo fazer a aquisição administrativa, busca o poder judiciário, e eu gostaria de chamar a atenção desse tema, e um dos propósitos dessa minha gestão do comitê é que a gente possa, por medida, ainda que por medidas alternativas, reduzir essa demanda. Nós já tivemos uma sugestão, uma informação por meio da presidente do comitê. Da liga feminina de combate ao câncer que eles têm a máquina, mas eles têm a dificuldade de conseguir o comprar os insumos. Então um dos encaminhamentos que eu pretendo fazer para essa reunião de hoje, é de que nós possamos montar um projeto, que a liga feminina possa montar um projeto, e pleitear recursos das transações penais, que ocorre aqui na justiça, para que a liga consiga receber recursos, produzir essas fraldas, e pelo menos atender as comunidades que estão mais próximas, que tenham demanda nesse sentido. Essa é a essência do comitê. Não é impor qualquer deliberação ou qualquer providência a qualquer

um dos entes participantes. Ocorre que a questão é tão sensível e tão urgente, que o judiciário precisa sair do do, do, da sistemática, que é um processo, duplo grau de jurisdição. E fazer esse diálogo com a Senhora e senhores, eu sou um encaminhando para o finalmente. Nós tivemos na última reunião algumas deliberações que nós é, gostaríamos de fazer os encaminhamentos a partir desta reunião. Doutor Rogério na ocasião, questionando a importância de responsabilização da sociedade para a mitigação dos efeitos danosos, como, por exemplo, arboviroses e dengue, comentou sobre a parceria entre o judiciário e a saúde do município no tema de saúde mental. De modo que o encaminhamento que eu que eu gostaria de fazer, seria justamente as secretarias para que pudessem nos auxiliar na criação, ainda que de modo simples, de um logo ou de uma campanha de divulgação desses temas, e nós teremos aí até um o prazo da próxima reunião para ter uma posição certo. Então esse seria o encaminhamento que a gente poderia fazer neste momento. Na última reunião também houve uma fala do Dr. Heber, que relata sobre a primeira turma de do curso de medicina, formado em 2020, e salienta a responsabilidade da formação de profissionais humanizados sobre o conceito de saúde. Portanto, é muito importante essa fala. Nós temos atualmente o curso de medicina. Inclusive eu acho que estendemos convites para a participação de profissionais dos demais cursos de saúde, das demais universidades. Só o fato de nós estarmos falando pessoal, publicamente, dessa questão que foi levantada pelo então secretário Dr. Rogério Leite, do município de Corumbá. Traz à tona essa realidade da preocupação e nós esperamos que isso seja replicado e que há um replicarmos possamos conscientizar gradualmente, a população dessa demanda que nos foi apresentada pelo secretário de saúde, então o secretário de saúde do município de Corumbá. Ainda houve uma ponderação do vereador Manuel Rodrigues é que relatou sobre a dificuldade muitas vezes, do atendimento à Defensoria pública e sugeriu, se que os CRAS, nos casos em que não conseguiram absorver totalmente suas demandas, encaminha elas a Defensoria pública com maior agilidade. Este encaminhamento, poderia ser um ofício, tanto a Defensoria, pública quanto a Secretaria municipal de assistência social para que possa, talvez é nos auxiliar, na articulação do contato entre Defensoria pública e o assistido por meio do próprio CRAS. Talvez um canal de contato. Para que a Defensoria pública possa auxiliar, tanto a Defensoria pública no contato com assistido, que a gente sabe que muitas vezes tem dificuldade de procurar o assistido também, mas dar uma atenção a mais rápida e célere para esse tema. E ainda a doutora Maria Carolina na última reunião, nos colocou a questão do tratamento de estrangeiros, e eu gostaria de fazer um pedido especial. A Dra. É a que representa a OAB, Doutora Nádia, que nós pudéssemos criar uma aspa comissão dentro da OAB e analisarmos propostas para melhorar esse tratamento, e analisarmos como outras comarcas de Fronteira tratam essa questão, propostas de talvez diálogo com a própria Bolívia, nesse sentido, e articular essas informações até o próximo, eu estou prevendo a nossa próxima reunião para o dia 9 de setembro, daqui a 2 meses, portanto, e apresentar, na próxima reunião, esse tema como pauta e talvez alguma propositura nesse sentido seria muito importante. Essas seriam, portanto, as minhas a ponderações, nós estamos à 10:26 no meu horário, e gostaria do doutor de ouvir o Dr. Daniel Chiaretti. O Senhor, está conosco, doutor?

Dr. Daniel Chiaretti – Juiz Federal: Sim, estou aqui, doutor.

Dr. Emerson Moreira - Médico de Corumbá: Meritíssimo, eu poderia, sou o doutor Émerson, aqui do hospital. Eu só queria colocar aqui, eu me coloco a disposição para sentar com a representante da OAB para a gente discutir essa questão da medicina de Fronteira. Por que eu assim, eu já estudei um pouco das leis vigentes. E tem alguma experiência com outras comarcas, como o senhor disse, de Fronteira, então assim, sem delongar muito. Eu estou à disposição dessa representante da OAB, para gente poder debater, debater muito eu repassar para ela a minha experiência com isso.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Perfeito doutor perfeito, obrigado à disposição do senhor. Doutor Daniel, o senhor tem a palavra.

Dr. Daniel Chiaretti – Juiz Federal: Obrigado, doutor Maurício. Bom, primeiramente, bom dia a todos e todos. Quero agradecer mais uma vez a possibilidade de participar desse comitê, representando aqui a justiça federal. Não pude estar presente na instalação, estava de férias, mas o doutor Felipe Potrich, que tem uma atuação exemplar nessa temática nos representou. E o que eu espero poder colaborar no máximo que eu puder. É sistemática colocar a justiça federal à disposição. A gente sabe que diversas demandas, algumas demandas, especialmente de tratamentos mais complexos, acabam sendo levadas a justiça federal e por isso é muito importante essa nossa articulação, né? Fico muito feliz também. Em vez de encaminhamentos que estão sendo usados pelo doutor Maurício. Sempre com esse foco muito importante na questão extra judicial, cooperativa, e reconhecimento da importância das gestões administrativas. Desse diálogo com a comunidade médica. E fico especialmente feliz em ter surgido essa discussão sobre as Fronteiras. Eu Acabei de sair, inclusive agora de uma reunião com a doutora Luiza, também aqui de Corumbá, que nós estamos organizando um evento sobre jurisdição em regiões de Fronteiras, e um dos temas que é a gente vai discutir também essa questão dos modelos de tratamento nessas regiões. Então é uma discussão muito importante em Corumbá, em razão dessa nossa posição geográfica. E acabar sendo um polo de atendimento médico Internacional. E eu acho que a gente pode avançar muito nos debates sobre isto. E todas discussões que forem feitas aqui, a gente vai certamente levar para esse encontro sobre a temática da Fronteira. Que a gente vai divulgar aqui em breve, para quem tiver interesse em participar e aí trazer as discussões de lá para cá também, sempre nessa temática cooperativa. Então é isso, só reenterrar os agradecimentos. E eu tenho certeza que com um comitê tão seletivo, tão engajado engajados. A gente vai conseguir avançar muito nessa temática, é isso Doutor, muito obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado, doutor Daniel, eu agradeço a presença do senhor. Gostaria de desta-

car a presença do nosso colega, a de judiciário, Dr. Jessé que nos prestigia nessa ocasião. Muitos dos convidados é, senhoras e senhores, é. Não puderam se fazer presentes em virtude de coincidência de compromisso e muitos deles também justificaram, eu vou me abster de justificar a ausência de todos, mas todos foram muito sensíveis a essa reunião, e se justificaram justamente pelos compromissos já assumidos. Doutor Alex é a Defensoria pública, tem a palavra.

Dr. Alex Batista de Souza - Defensor Pública Estadual: Primeiramente bom dia a todos, especialmente para o Maurício. A minha fala, doutor decorre realmente da jarda. Inclusive, a fala do vereador Manoel Rodrigues na última reunião recerca das dificuldades de atendimento que ele relatou. De fato, nós temos uma divisão de atribuições da Defensoria. E pessoalmente comentei com o Maurício respeito, é que não existe uma Defensoria específica de fazenda pública em Corumbá, então a as demandas decorrentes da fazenda pública e de saúde que também vão para o Juizado. Elas são divididas entre os defensores, que tem outras atribuições. Então, isso de fato gera um prejuízo. Em relação ao atendimento a Defensoria tem uma demanda muito grande. Então, o atendimento é feito através de agendamento. O que acontece não só na área de saúde, mas em todas as áreas, é que algumas pessoas às vezes não querem. Nós fazemos uma triagem dos casos mais urgentes, a Defensoria, ela fica aberta em horário comercial. E tem uma equipe lá que recebe as demandas e faz uma avaliação dos atendimentos, a situação de uma urgência não ficam sem atendimento. Então não existe uma demanda de saúde que a porta lá, que vai ser designada para uma data distante, quando caracterizado há uma situação de urgência, não é. Mas acontece em outras demandas, por exemplo de família, a pessoas usaram o conselho tutelar, e como não tem essa interlocução, as pessoas utilizam meio como um atalho. Então eu vou no. Vereador e eu talvez eu conseguisse atendimento mais rápido. Mas tem essa organização dos atendimentos por agendamento. Na verdade, eu falei que era mais um requerimento nesse sentido. Pois como o comitê, o senhor mesmo colocou, dentro das suas atribuições, tenha o papel de emitir recomendações as demais entidades. E o meu requerimento era justamente que o comitê, tendo em vista que a criação de uma Defensoria específica de fazenda pública ou de saúde específica, como tem Corumbá, uma defensora de saúde, só trata de matéria de saúde. É a atribuição da defensora em geral que submete ao conselho. Então, o meu requerimento é no sentido de que o conselho emite se uma recomendação a Defensoria geral, explicando as mazelas e os problemas que ocorrem aqui, em virtude de não termos uma Defensoria especializada na área de saúde. Inclusive, tem um final de um processo que todo mês ele muda, e a gente divide por finais, final 01 mês está comigo, está com o outro. Então a gente tem essa sessão de continuidade. A gente já estava tendo que, às vezes, tomar pé de um caso que o outro colega já tinha um conhecimento que poderia estar conduzindo melhor. Então ele tinha essa recomendação para que fosse enviado ao conselho a criação de uma Defensoria especializada, ou uma Defensoria que já tenha uma atribuição, encampasse sozinha, essa atribuição. É só isso excelência, obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Doutor Alex, muito importante a contribuição do senhor, e certamente da atuação da Defensoria nesse cenário comunitário. E a gente tem a oportunidade de conhecer um pouco mais do trabalho que é realizado pela Defensoria, das suas dificuldades e estarmos diante, de vários setores da sociedade. Vereadores, secretários, me parece que aproximam o diálogo. Isso certamente não vai parar aqui não, doutor Alex, essa realidade é que o senhor está apresentando das dificuldades da própria Defensoria, em retornar um atendimento mais especializado. Certamente não vão parar aqui. Sendo demasiadamente importante nesse aspecto a atuação do poder legislativo e do poder executivo junto às instituições para que possam qualificar esse atendimento e dar mais subsídios para que os próprios defensores aqui da comarca possam atuar de forma mais qualificada. É uma realidade. Eu preciso compartilhar isso com vocês. O judiciário é um órgão público, não é? Nós sabemos, e o doutor Alex está aqui como testemunha que, por exemplo, nós só não temos mais ações judiciais na Vara de família ou ações judiciais na área de saúde, porque não temos capacidade. A Defensoria não tem um x, uma determinada capacidade de atendimento. Se se conseguisse atender muito mais pessoas, certamente nós teríamos um volume de judicialização ainda maior, certo? Eu sou o testemunho da dedicação aos dos defensores. Muitas vezes é atendem fora de horário, para poder participar das audiências que nós temos praticamente todas as tardes da semana. Então a correria é bastante grande. Obrigado, doutor Alex, Dr. Héber, o senhor estava inscrito para falar.

Dr. Heber Amilcar Martins – Diretor da Faculdade de Medicina UNICESUMAR: Um bom dia a todos, doutor Maurício, e aos demais colegas que formam a comissão. Eu gostaria de mais uma vez, doutor Maurício, colocar a nossa escola à disposição naquele que puder contribuir com um comitê e reforçar que nós temos tido uma ação no sentido de promover a melhora da condição de saúde da população, a partir dos atendimentos que os alunos, ainda no primeiro momento, fazem de maneira bastante simples como medidas de orientação, afinal de contas, eles estão indo para a terceira série. Para que esse contexto, como o doutor Rogério ressaltou na última reunião e que é muito importante, é seja trabalhado na população. E que a população também assuma parte da sua responsabilidade no controle de situações que implicam na piora de condição de saúde pública. Como as arboviroses, a gente não pode esquecer. O dengue, chikunguya, Zika vírus, dentre outras questões que também influenciam diretamente na promoção da saúde. Então, nós estamos à disposição do comitê. Podemos nos associar em medidas que contribuam para o desenvolvimento de ações efetivas, que impeçam o processo de doença naquilo que é mais essencial, naquilo que é básico, com orientação, com cuidado, com o trabalho educativo. E nos colocamos a disposição para que esse processo consiga ocorrer de forma natural e que aos poucos, a sociedade também enxergue o seu papel dentro desse conceito. Em relação ao que o senhor propôs, do trabalho da associação de combate contra o câncer feminino. Nós também podemos fazer alguma ação ou se o senhor precisar de alguma ajuda, criação de algum logo, enfim, pode ficar tranquilo que nós temos um time aqui envolvido com isso é e po-

demos contribuir. Quando for necessária a atuação, basta que o senhor nos encaminhe as necessidades dentro daquilo que nós pudermos ajudar. Estamos à disposição.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Muito obrigado, Dr. Héber, pela contribuição do senhor, certamente será de suma importância para a redução dos quadros dessas doenças de preocupação da comunidade de modo geral. Dando segmento, são exatamente 10:40. Não, eu sei que o pessoal de Corumbá e Ladário está acostumado a almoçar 11 horas não é. Eu imagino que esse seja o motivo da fome, e também é o motivo pelo qual eu marco as reuniões de manhã, porque o pessoal começa a ficar com fome e não se alonga demasiadamente, apesar do proveito da reunião. Mas, como eu tinha me compromissado com as senhoras e com os senhores, nós temos ainda um horário até as 11:30. Indago se mais alguém ainda gostaria de fazer uso da palavra alguma colocação? Se não tá todo mundo com fome. Doutora Natália, procuradora do município de Corumbá, a senhora tem a palavra.

Dra. Natalia R. Gonçalves Dias – PGM Corumbá: Cumprimentam excelentíssimo doutor Maurício e a todos que estão aqui presentes. Doutor Maurício, eu gostaria de colocar que o município está à disposição em relação aos procedimentos de internação. Nós fizemos uma ata de registro de preço e vamos tentar não judicialização esses procedimentos, para não passar por essa questão que o senhor falou. A questão do duplo grau de jurisdição, tentar resolver no âmbito administrativo, colaborando com as intenções do comitê. E também aquele decreto que nós temos para cumprimento de decisões judiciais, o 2340, que o valor era R\$ 3.000,00. Nós estamos publicando e aumentando o valor para o cumprimento dessas decisões também. E temos outras questões que nós estamos em estudo, por isso que eu não vou me relatar agora. Mas o município está envidando esforços para colaborar no que puder, tá? Eu agradeço.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Excelentes notícias, doutora Natália. Veja, veja como a sensibilidade, vereador Manoel, isso é importante que seja replicado na Câmara. Até porque, certamente algumas dessas medidas devem passar pelo próprio poder legislativo. Eu posso testemunhar com tristeza, nós sabemos que no setor de saúde nós tratamos com vidas e muitas vezes as vidas são perdidas, mas não são raras as situações que, infelizmente, quando a gente vai levantar o alvará de concessão daquele medicamento ou daquela internação, os pacientes vêm à óbito. É muito, muito triste por. De modo que, certamente essa proatividade da doutora Natália, no âmbito da procuradoria, a sensibilidade com a qual ela, nesse ato e no curso dos processos, tem demonstrado para com o atendimento das demandas judiciais da saúde. Certamente vai reduzir esse problema de judicialização e o que é mais importante, atender a sociedade corumbaense de forma mais expedita, é doutora Natália. Eu só pediria a Senhora que a Senhora pudesse nos encaminhar esses atos que já estão concretizados. E para que nós pudéssemos replicar essa análise dessas possibilidades ao município de Ladário. Para que dentro da sua re-

alidade, possa analisar a submissão desses temas ao respectivo poder executivo ao respectivo poder legislativo. É um grande avanço. Mais alguém? Por gentileza, o seu nome e instituição.

Leia Vilauva – Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Bom dia, excelência, a todos a todos, sou Leia, atual presidente do conselho de saúde. Fiquei muito contente com o convite. O conselho municipal de saúde, através da Secretaria de saúde, já fez um novo credenciamento de exames e das demandas que estavam reprimidas, e nelas um ponto importante são as questões dos exames que estavam judicialização. E aí nós fizemos uma nova tabela, e essa tabela acabou contemplando a parte da judicialização e das demandas que estavam reprimidas. E também já havíamos feito uma solicitação para a Secretaria em relação às fraldas, não é?. É oficial, soubemos que a Secretaria vai montar um comitê de gestão, alguma coisa parecida para fazer esse atendimento dessa demanda, que já está bem muito grande no nosso município como profissional da assistência, assim a gente tem uma tarefa um pouquinho diferenciada da saúde, nós trabalhamos com benefícios eventuais e a fralda descartável não está contemplada nesse critério dos benefícios, porque nós trabalhamos com o que o conselho nacional de assistência social é preconiza, que as fraldas pertencem ao âmbito da saúde, pois ela também é uma questão de higiene, de permanente higiene. E de uso contínuo, por isso que deve ser feito um estudo em relação à parte da assistência social. Obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranza Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Muito obrigado, Senhora. Leia presidente do conselho municipal de saúde de Corumbá correto. Excelentes notícias, também avançando nesse sentido dessas problemáticas que é refletidas aí na judicialização da saúde. Podemos encaminhar para as deliberações finais. Ficaram registradas em ata, os nossos encaminhamentos anteriores e eu gostaria apenas de fazer ainda alguns encaminhamentos. Agradecendo desde já, a presença da procuradora do estado, Dra. Jordana, que se faz presente por meio de videoconferência conosco, Dra. Jordana, é essa articulação com o estado, o Doutor Kaoye dialoga muito conosco, e eu vou replicar para a Senhora o que já alguns anos a gente ouve aqui em Corumbá, e não é demasiado que se fale, Corumbá e Ladário tem um alto índice de resolução das suas próprias demandas de saúde. E gostaríamos justamente gostaríamos, justamente por conta dessa realidade, termos uma colaboração efetiva, ou ainda mais efetiva do estado de Mato Grosso do Sul. Nós sabemos já das providências que vêm sendo tomadas pelo estado, no sentido da redução da judicialização para o que o destaque a existência da CASC, e uma das solicitações desse comitê, que será reiterado ao estado de Mato Grosso do Sul. Na presença de todos publicamente, vereadores e representantes do poder executivo. É justamente a implantação da CASC em Corumbá, pela nossa localização geográfica, dificuldade de deslocamento a Campo Grande, certamente uma unidade da CASC que nos auxiliasse, ainda que por via remota, no atendimento às demandas de forma extrajudicial na seara de saúde, seria de suma importância para quem não tem conhecimento com relação, a CASC é uma

unidade de conciliação extrajudicial não é, doutora, Senhora, gostaria de contar para nós, um pouquinho.

Dra. Jordana P. Lopes Goulart – Procuradora do Estado de MS: Bom dia, professor Maurício. Bom dia a todos. Agradeço muito a poder participar desse comitê, infelizmente não pude estar presente na abertura, porque estava de férias, mas o doutor Kaoye foi representando a procuradoria de saúde e a Secretaria de saúde. Com relação a CASC doutor Maurício, ela é uma Câmara administrativa de solução de conflitos, que foi criado um projeto piloto abrangendo apenas o município de Campo Grande, também como era a nossa primeira experiência nessa questão da solução extrajudicial nas matérias de saúde, foi necessário, primeiro fazer restrito ao município de Campo Grande, para a gente ver com o que ia funcionar. Então, é um convênio firmado entre a Defensoria pública aqui de Campo Grande à Secretaria estadual de saúde, por intermédio também da procuradoria geral do Estado, são previstos 14 medicamentos. É uma lista de 14 medicamentos que não são previstos na Renan. Então são medicamentos não padronizados no SUS. Então, como exemplo, um que é bem conhecido e bem judicializado, que é a rivaroxabana, que é o xarelto. Então o assistido, vai até a Defensoria pública, leva todos os documentos necessários que a Defensoria pública tem a lista dessa documentação. A Defensoria encaminha para a Secretaria de estado de saúde. Aqui é feita uma análise técnica, por meio de uma enfermeira, que vai analisar todos os documentos se preenchem ou não os requisitos que foram fixados no convênio para fins de fornecimento administrativo desse medicamento, que não é padronizado no SUS. Após o parecer técnico dessa enfermeira, vem para PGE, que vai dar um parecer Jurídico para analisar se está em consonância com as decisões dos tribunais superiores. Em caso positivo, o medicamento é disponibilizado administrativamente independentemente da judicialização. É a ideia, realmente, ampliar a CASC, já estão sendo desenvolvidos estudos para conseguir essa ampliação para os demais municípios. Então, doutor Maurício, eu já adianto que já estão sendo feitos estudos e para contemplar também o município de Corumbá, e assim que a gente falando dançando aí eu trago notícias para vocês. Espero que boas notícias em breve. E já aproveita o ensejo para colocar a procuradoria do estado e também a Secretaria que eu faço essa interlocução, a disposição para a gente tentar encontrar as melhores soluções e analisar também dentro desse cenário que o senhor apresentou, de quais as demandas mais judicializadas. Tentar encontrar uma solução extrajudicial dessas questões.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado, doutora Jordana. Eu ia dizer que Corumbá pede prioridade absoluta no atendimento da CASC, e vai ser o primeiro ofício que vai chegar na procuradoria solicitando a implantação. Então esperamos o atendimento em ordem cronológica.

Dr. Jordana P. Lopes Goulart – Procuradora do Estado de MS: Peço, por favor, que realmente encaminhe assim esse pedido via ofício que aí até reforça também as nossas tratativas aqui.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Vamos replicar para o poder legislativo do município de Corumbá, poder legislativo do município de Ladário. E para que nossos esforços aqui, se conglomera em no alcance desse objetivo com primazia. Muito obrigado, doutora Jordana, mais uma vez. Para encaminhamentos finais, senhoras e senhores, eu gostaria de lembrar que nós temos neste mês de julho, a luta contra as hepatites virais da constituída pela lei 13802, de 2019, além de outras datas importantes, como o dia do hospital, dia mundial das zoonoses, da saúde ocular. E no dia 28, o dia mundial de luta contra as hepatites virais, e no mês de agosto vindouro. É também instituído por lei o mês do aleitamento materno no Brasil. Então, a minha solicitação às respectivas instituições presentes nessa ocasião, é que nós todos tenhamos a oportunidade de replicar, criar uma logo, aproveitar os espaços, muitos dos órgãos que estão aqui presentes tem setores de comunicação. Que ajudemos a fazer como uma das bandeiras do comitê, a divulgação e a ampliação dessas temáticas, que certamente refletem na conscientização da população e na redução das demandas. Eu encaminho para a finalização. Certamente a inúmeros outros assuntos a serem tratados. Mas, dentro do espaço a que nos propusemos. Creio que a reunião foi muito proveitosa. A nossa próxima data de reunião prevista é para o dia 9 de setembro, às 10:00. Nós reforçaremos esse convite. É um pouco antes, e para evitar qualquer infortúnio ou impossibilidade essencial. Mas, a princípio, dia 9 de setembro, nós gostaríamos de contar com a presença de todos, mais uma vez. Muitíssimo obrigado e eu declaro encerrada essa sessão, obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos
Coordenador do Comitê Regional de Corumbá